

qualidade do equipamento, que há anos não é renovado. A cura dependeria basicamente de recursos financeiros já liberados pelo governo federal. Assim, a busca de administradores mais capazes ocorre com grande oportunidade. Pois, ainda na terça-feira, o departamento de relações públicas da empresa deu nova demonstração da falta de seriedade com que ali se tratam os problemas: convocou jornais e televisões para documentar solenemente o pagamento da primeira pensão aos parentes das vítimas do desastre de Magno. Maria da Penha Galdino de Sousa, a primeira da lista, foi colocada diante das câmaras para assinar o recibo. Neste momento, descobriu-se que ele estava errado e, após uma correria atrás de mesas e balcões, foi improvisado um outro recibo, que Maria da Penha assinou quatro vezes para que todos pudessem documentar a cena.



CHICO NELSON

Gonçalves: saindo por linhas tortas

Sem os benefícios de uma intervenção presidencial enérgica, a família do estudante Beethoven Tavares de Lima Júnior luta há três anos para receber a pensão da Central. Aos 20 anos ele morreu no acidente do expresso SP-2, que transportava estudantes para Moji das Cruzes, em São Paulo, no dia 8 de junho de 1972, e se chocou contra outra composição, matando 24 pessoas e ferindo gravemente outras setenta. Beethoven sustentava com suas aulas particulares a mãe e a irmã. Como sua família, mais 900 esperam pacientemente nos guichês da Central alguma resposta quanto ao pagamento de pensões.

"Eles pensam que nós vivemos no Brasil Império", disse o advogado dos Tavares de Lima, Elcir Castello Branco de 38 anos. "Acho que só existe civilização no Rio de Janeiro." De fato, a administração da Rede foi centralizada no Rio e todos os processos de indenização são resolvidos lá. Se a viúva de um acidentado em Mato Grosso requer

pensão, tem que enviar tudo para a sede carioca. A intimação nunca demora menos de um ano para voltar.

Apesar de demissionária, a diretoria da Refesa deverá continuar até que os nomes dos novos diretores sejam indicados pelo ministro Dirceu de Araújo Nogueira. Entre os mais cotados para a presidência estava o general Stanley Fortes Batista, atual diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

PRISÕES

Diálogo na Bahia

O diálogo, enfim, revelou-se não só possível como frutífero. Pois se o cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador, não obteve de seu encontro com o general Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6.^a Região Militar, o atendimento de todas as reivindicações das famílias dos presos políticos recolhidos ao quartel de Amaralina, de que foi portador, pôde demonstrar o papel mediador que a Igreja é capaz de desempenhar no campo dos direitos humanos.

As prisões, atingindo pessoas acusadas de ligações com o Partido Comunista, começaram no dia 4 de julho. No dia 25, as famílias dos presos entregaram ao cardeal um documento com 96 assinaturas, solicitando sua interferência para que fosse evitada a decretação da prisão preventiva dos acusados ("cidadãos que têm residência fixa, profissão definida, conduta irrepreensível") e providenciada "a melhoria das condições de reclusão".

Os resultados — "Se há alguém que deve abrir o coração para essas famílias esse alguém é o pastor", disse o cardeal ao receber o grupo, acrescentando que iria ao general. A entrevista deu-se na segunda-feira, dia 28. Na terça, o cardeal fez uma visita aos presos — cujo número exato não se pôde determinar — e, mais tarde, em nota à imprensa, esclareceu os resultados do encontro com o general. O acesso a jornais e revistas, antes proibido, foi considerado "aceitável" e a possibilidade de visitas de parentes passou de uma a duas vezes por semana. O uso de roupas próprias, entretanto, "não é permitido pela direção do quartel, por tratar-se de uma norma para todos". E a questão da dispensa da prisão preventiva "está sendo examinada pelas autoridades militares, embora pertença à Auditoria Militar (órgão do Judiciário) assumir a responsabilidade de seu ônus".

Segundo dom Avelar, "o estado geral de saúde no momento (terça-feira) é bom". E "as condições ambientais um tanto precárias, sobretudo para os de mais idade".

MINAS GERAIS

Crime no cárcere

Na tarde de quarta-feira da semana passada, Jânio César Prudêncio, 15 anos, foi cercado por cinco de seus dezenove companheiros de prisão (adolescentes como ele) na delegacia chamada Especializada de Menores, em Belo Horizonte, e nem conseguiu gritar por socorro: enquanto N. B. O. (16 anos) o estrangulava com um cordão de sapato, os outros quatro agrediram-no com socos e pontapés. Quando o delegado Weber Americano finalmente entrou na cela, o menor já estava morto.

Até o final da semana, os motivos do crime ainda não haviam sido esclarecidos, mas a polícia se apegava a uma hipótese bastante plausível. Preso há vinte dias, pela prática de pequenos furtos, Jânio César delatou N. B. O. e J. P. (este também de 16 anos, apelidado "Cabelo de Fogo"), que, presos, foram prudentemente colocados numa cela separada, pois era previsível que tentassem uma vingança. No domingo da semana passada, eles fugiram da delegacia, na companhia de 54 dos 101 menores ali detidos — um feito que seria espantoso se não fosse, lamentavelmente, corriqueiro. Recapturados, na quarta-feira, com outros 34 fugitivos, foram imprudentemente colocados na mesma cela do delator. E o mataram.

Indiferença — A teoria parece perfeita. Mas expõe a polícia mineira ao dever de fornecer algumas explicações embaraçosas. A começar pelos motivos que impediram a transferência de Jânio César para o recolhimento do Juizado de Menores, a Escola de Recuperação Monsenhor Messias — que na semana do crime tinha vinte vagas, embora já abrigasse outros 160 delinquentes juvenis. Depois, caberia esclarecer por que ele acabou no mesmo cubículo onde estavam seus inimigos.

Em todo caso, as responsabilidades não se esgotam na esfera policial. O presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Luiz Gonzaga Teixeira, reconhecia, na semana passada, que sua entidade está longe de conseguir solucionar sequer o problema do recolhimento dos menores infratores, pois há dezenas de detidos ilegalmente, em delegacias, como Jânio César, à espera de vagas em seu estabelecimento. Ainda assim, permanece sem justificativa a indiferença com que o juiz substituto da Vara de Menores, José Pereira Queiroz, tratou do episódio ao falar, nervosamente, com os jornalistas que buscavam seus esclarecimentos: "Agora, a única função do Juizado é cuidar do falecido, removendo-o para o Instituto Médico Legal e, depois, sepultá-lo".